



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 A 13ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no Espaço Verde da
2 FEPAM à Rua Carlos Chagas, 55, 11º andar, às 14,30 horas do dia 26 de setembro de 2002.
3 Compareceram os seguintes integrantes: Claudio Langone, Presidente; Volney Zanardi Jr.,
4 Diretor do Departamento de Recursos Hídricos da SEMA; Silvio Barbosa dos Reis, da
5 Secretaria de Coordenação e Planejamento; Telton Elber Corrêa, da Secretaria de Energia,
6 Minas e Comunicações; Marco Antônio de Almeida, da Secretaria da Saúde; Mariângela Corrêa
7 Laydner, da Secretaria de Obras Públicas e Saneamento; Marcos Daniel Aguiar, da Secretaria
8 de Agricultura e Abastecimento; João Francisco Giuliani, do Comitê Santa Maria; Sérgio
9 Cardoso, do Comitê Gravataí; Isaac Zilberman, do Comitê Baixo Jacuí; Ivo Mello, do Comitê
10 Ibicuí; Luiz Antônio Timm Grassi, do Comitê Lago Guaíba; Milton Haack, do Comitê
11 Tramandaí; Renato Taiffker Zenker, do Comitê Camaquã; Felisberto Chagas, da APUAVA;
12 Sidnei Gusmão Agra, do Departamento de Recursos Hídricos da SEMA; Paulo Renato Sias, do
13 Instituto Riograndense do Arroz – Camaquã/RS; Carlos Alberto Machado, do Instituto
14 Riograndense do Arroz – Tapes/RS; Flávio J. H. Shimann, do Instituto Riograndense do Arroz;
15 Paulo Fernando Maier Souza, do Pró-Mar de Dentro/SEMA; Nilvo Luiz Alves da Silva, Diretor
16 da FEPAM; Ana Cecília Perroni, da CORSAN. Inicialmente, o presidente comunica a
17 justificativa da ausência do conselheiro Julio Thadeu Kettelhut, do Ministério do Meio
18 Ambiente. Em seguida, são colocadas em apreciação as atas da 12ª Reunião Ordinária e da 3ª
19 Reunião Extraordinária, que são aprovadas integralmente. A seguir, o IRGA é convidado a
20 apresentar o seu trabalho de fiscalização junto ao Arroio Velhaco e afluentes, atendendo à
21 solicitação do CRH na 3ª Reunião Extraordinária. O eng. Flávio Shimann explica que a
22 regulamentação do uso das águas do Arroio Velhaco foi estabelecida por um decreto de 1943, a
23 partir de quando o IRGA ficou responsável pelo controle. Com a fundação da APUAVA,
24 agregando os usuários, o controle da distribuição das águas passou a ser da APUAVA, com
25 fiscalização pelo IRGA através de convênio, reduzindo sensivelmente os litígios na região. A
26 regulagem das comportas dos barramentos fica a cargo da APUAVA, e o trabalho de extensão
27 para a lavoura arrozeira, racionalizando o uso da água, com o IRGA. O presidente do Comitê
28 Camaquã, Renato Zenker, coloca que na bacia do arroio Velhaco há 5.000ha de lavoura de arroz
29 com risco na irrigação, devido à falta de um plano para a distribuição dos barramentos ao longo
30 da sua calha. Existe a proposta de construção de duas barragens, que não evoluiu devido à
31 resistência dos atingidos, pequenos proprietários, incluindo um assentamento. O controle da
32 distribuição sendo feito pelos próprios usuários trouxe mais tranquilidade à região, mas
33 considerando que esta distribuição é ainda irregular, o comitê propõe que seja feito um estudo
34 pormenorizado da bacia, para que possam ser recuperados cerca de 3500ha (2000 quadras)
35 perdidos devido ao assoreamento ao norte da BR 216. E ao sul desta rodovia há mais 5000
36 quadras com 8 represas feitas irregularmente que deverão ser avaliadas. Felisberto Chagas,
37 presidente da APUAVA, relata que os produtores de fumo atingem as cabeceiras do
38 arroio, prejudicando a sua utilização. O plantio da acácia junto das margens reduziu o prejuízo,

39 mas a atividade de mineração piorou bastante a erosão. O conselheiro Ivo Mello sugere que o
40 assunto retorne ao CRH com mais tempo para análise, e que os relatórios a serem entregues
41 contêm mais dados técnicos. A resolução para a continuidade da fiscalização pelo IRGA por
42 mais dez meses é aprovada com o acréscimo do artigo 2º, que determina a apresentação do
43 relatório no CRH e sua aprovação pelo Comitê Camaquã e pelo DRH. A seguir é feito o relato
44 sobre pedido de vistas do processo que trata da minuta de resolução sobre a formação do comitê
45 gestor da Laguna dos Patos, pelo conselheiro Sergio Cardoso, que se considerou contemplado
46 pela análise da Assessoria Jurídica da SEMA, a qual avaliou que a proposta não fere a Lei
47 10.350/94. O conselheiro Grassi recomenda que seja verificado se a situação exigiria emissão
48 de decreto. O conselheiro Milton Haack coloca a sua preocupação em relação ao papel dos
49 comitês, pois tem claro que os mesmos devem ser sempre fortalecidos, e neste caso há um risco
50 de ser induzido um processo contrário, pois os usuários e os órgãos governamentais já estariam
51 presentes nos comitês. Sua proposta seria de uma composição a partir dos representantes das
52 categorias, na mesma proporção dos comitês. O conselheiro Grassi esclarece que o papel do
53 comitê gestor é de resolver questões que estão acima do nível da bacia, integrando a ação dos
54 comitês que tem influência sobre as águas da laguna. Coloca que os comitês tem base territorial,
55 que é coberta até a margem da laguna, e os usuários da laguna não são exatamente os que estão
56 presentes nas bacias. Explica que a situação geográfica é excepcional, e para resolver estas
57 questões foi necessário pensar uma forma também diferenciada, que correspondesse a esta
58 condição. Acredita que a proposta possa se constituir em exemplo para situações análogas no
59 país. O Diretor do DRH considera que a proposta vem preencher o vácuo que não é trabalhado
60 no sistema, devido à complexidade da situação da laguna. Trata-se mais de uma estratégia
61 política para que o ordenamento da laguna seja feito através de uma relação formal com o
62 sistema. Para o Presidente da FEPAM, Nilvo Silva, a ação do governo tem um caráter regional
63 neste caso, e os órgãos executivos, se forem eximidos de sua responsabilidade, não terão como
64 serem cobrados. O coordenador do Programa Pró-Mar de Dentro, Paulo Maier, acredita que ao
65 privilegiar este espaço dentro do âmbito do CRH, estará se dando maior importância para os
66 comitês, pois atividades como a pesca, apesar de ter sede no território, fogem do âmbito de
67 atuação do comitê. Colocada em votação, a proposta foi aprovada com dois votos contrários,
68 dos conselheiros Francisco Giuliani e Milton Haack. A seguir o relatório do Seminário sobre
69 Agência de Região Hidrográfica é apresentado pelo Diretor do DRH, que explica o objetivo de
70 se aprovar a linha acordada no seminário e expressa no relatório, para que se possa prever os
71 próximos passos do processo. O seminário, envolvendo 183 participantes, discutiu sobre a
72 manutenção da Lei 10.350/94, as funções da agência, as alternativas institucionais e o controle
73 social. Concluiu que a Lei não deve ser alterada, com indicação que as agências sejam
74 constituídas por órgãos de Estado, mantendo-se uma por região hidrográfica e as funções
75 previstas na Lei. O anteprojeto que é apresentado juntamente ilustra as diretrizes que foram
76 discutidas. O conselheiro Ivo Mello comunica que o relatório não foi aceito pelo Comitê Ibicuí,
77 que reiterou o que foi tirado na reunião extraordinária que discutiu o documento-base. Tem
78 restrições quanto à abrangência geográfica das agências e outros aspectos, mas continua no
79 processo e entende que o mesmo deve avançar, tendo em vista o rumo tomado pela maioria. O
80 conselheiro Sérgio Cardoso informa que na reunião do dia 16 em Ijuí o Fórum Gaúcho dos
81 Comitês considerou louvável o avanço do processo na Câmara Técnica, contemplando as
82 preocupações que surgiram no seminário relativas aos recursos financeiros e ao controle pelos
83 comitês. Quanto aos próximos passos, há a solicitação de que o tema retorne aos comitês e que
84 o Projeto de Lei chegue à Assembléia Legislativa ainda este ano. O conselheiro Giuliani levanta
85 que seria bom que o Projeto de Lei passasse pelo crivo de um especialista em direito

86 administrativo, para avaliar se o mesmo contempla as preocupações colocadas, para isto os
87 comitês deveriam dispor de 15 dias para analisar. O conselheiro Isaac lembra que
88 regulamentação de lei é através de decreto, e que neste caso é necessário que apenas a
89 instituição das agências seja por lei devido à previsão na 10.350/94, mas que as regulamentação
90 sejam por decreto. O diretor do DRH coloca que o importante é ter um acordo sobre as grandes
91 diretrizes, sendo a execução decorrente da articulação do governo com os comitês. O secretário
92 Cláudio Langone solicita então que sejam feitas apenas manifestações gerais sobre o mérito e o
93 método. O conselheiro Grassi afirma que a ansiedade dos comitês é enorme, pois os processos
94 de planejamento estão andando precariamente, demonstrando que plano de bacia sem agência é
95 uma impossibilidade. Para isto, é necessário ter claro que as agências não terão papel executivo,
96 mas de apoio às estruturas operativas: são o braço do comitê no assessoramento e no acervo
97 técnico. Ao final, são aprovados o relatório com as diretrizes e o Projeto de Lei como referência,
98 sem análise de mérito, constando na inicial “Documento de Referência”, contendo um pequeno
99 texto de apresentação e com os termos “Minuta de Referência” em todas as páginas. É colocado
100 como referencial para a data da próxima reunião do CRH que discutirá o assunto a última
101 semana de outubro, depois da análise dos comitês. No item Assuntos Gerais, o diretor do DRH
102 comunica a realização do Seminário sobre Águas Subterrâneas na Semana da Água. O
103 presidente da FEPAM comunica que a segunda audiência pública sobre extração de areia será
104 realizada no dia 17 de outubro. O conselheiro Grassi comenta que será feita uma apresentação
105 pelo DEFAP da proposta de alteração do Parque do Delta do Jacuí na reunião do CONSEMA no
106 dia 1º de outubro e posteriormente haverá deliberação no Comitê Lago Guaíba, havendo a
107 possibilidade de ser trazido ao CRH. O conselheiro Marcos Daniel informa que foi lançado na
108 Expointer o Plano Cartográfico do Estado, o qual em muito vai ajudar o trabalho que envolve o
109 Sistema de Recursos Hídricos. A secretária do CRH informa sobre encaminhamentos dados
110 junto à ANA para a formação do Comitê Mampituba, que será o primeiro comitê federal do
111 Estado, com a previsão de um seminário em novembro para a montagem de um dossiê que
112 deverá ser entregue em fins de janeiro para o CNRH, e também de providências para que seja
113 organizada uma comissão na Bacia do Quaraí visando a formação do primeiro comitê de
114 fronteira do país, que provavelmente será modelo para os demais que virão. Não havendo nada
115 mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, Virginia Müzell, Secretária Executiva do CRH
116 lavro esta ata.